

## **DECISÃO**

**Termo:** DECISÓRIO

**Feito:** RECURSO ADMINISTRATIVO

**Referência:** PROCESSO LICITATÓRIO N. 76/2024 -  
CONCORRÊNCIA N. 05/2024

**Recorrente(s):** PAV OESTE PAVIMENTAÇÕES LTDA.

**Razões:** CONTRA DECISÃO QUE HABILITOU A LICITANTE VIA  
ASFALTOS LTDA.

**Recorrida:** PREGOEIRA (AGENTE DE CONTRATAÇÃO) OFICIAL DO  
MUNICÍPIO

**Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA  
EXECUÇÃO DE REPERFILAGEM DE PAVIMENTAÇÃO  
COM CBUQ E SINALIZAÇÃO VIÁRIA EM TRECHO DE  
1.700 (MIL E SETECENTOS) METROS DE COMPRIMENTO  
POR 6 (SEIS) METROS DE LARGURA, TOTALIZANDO  
10.200 M2 (DEZ MIL E DUZENTOS) METROS  
QUADRADOS, NA AVENIDA BEATRIZ MAGGIONI  
BELLEBONI, NO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA /SC.

### **1 – JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE**

Para o conhecimento de recursos administrativos é necessário o atendimento dos pressupostos de admissibilidade, os quais, conforme doutrina predominante, se dividem em pressupostos intrínsecos e extrínsecos. A partir dessa divisão, e sob a ótica do Direito Administrativo, tem-se que são pressupostos intrínsecos: o cabimento, o interesse recursal e a legitimidade para recorrer; e pressupostos extrínsecos: a tempestividade e a regularidade formal.

Constata-se dos autos que o recurso apresentado pela licitante PAV OESTE PAVIMENTAÇÕES LTDA contempla na integralidade os pressupostos de admissibilidade acima elencados, razão pela qual dar-se-á seu efetivo processamento.

## **2 – RAZÕES RECURSAIS DA LICITANTE PAV OESTE PAVIMENTAÇÕES LTDA.**

A licitante PAV OESTE PAVIMENTAÇÕES insurgiu-se contra a decisão da pregoeira que habilitou a licitante VIA ASFALTOS LTDA, aplicando-lhe o critério de desempate em favor da Via Asfaltos, com base na Lei Complementar n. 123/2006 e Lei 14.133/2021.

## **3 – CONTRARRAZÕES**

A licitante VIA ASFALTOS LTDA apresentou as suas contrarrazões tempestivamente.

## **4 – BREVE SÍNTESE**

Colhe-se das argumentações ofertadas pela Recorrente PAV OESTE PAVIMENTAÇÕES, em síntese que:

[...]

A proponente VIA ASFALTO não cumpriu este item do Edital, deixando de trazer os balanços na forma da lei, ou seja, não apresentou documentos devidamente registrados ou arquivados na Junta Comercial, na forma exigida.

[...]

Foi constatado que a empresa VIA ASFALTOS LTDA ultrapassou o limite de receita bruta máxima admitida para o enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme definido pela legislação vigente, no ano-calendário de realização da licitação, o que, de acordo com o § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021, a desqualifica para o benefício de desempate concedido.

[...]

Observamos que a Recorrente argumenta que a Recorrida VIA ASFALTO não cumpriu com os termos do Edital (item 7 – Habilitação – Qualificação Econômica), bem como, de que a mesma “[...] *ultrapassou o limite de receita bruta máxima admitida para o enquadramento como empresa de pequeno porte*”, e que por essa razão, “[...] *a desqualifica para o benefício de desempate concedido*”.

Já das Contrarrazões apresentadas pela Recorrida, esta refuta as argumentações da Recorrente, bem como, requer seja mantida a decisão tomada pela Agente de Contratação e Membros da Comissão de Apoio.

É a síntese do necessário.

## **5 – DECISÃO**

Consoante lição de Hely Lopes Meirelles<sup>1</sup>, a eficácia de toda atividade administrativa está condicionada ao atendimento da lei, não havendo, na Administração Pública, liberdade nem vontade pessoal.

E por força destes aspectos, prudente frisar que enquanto na Administração particular é lícito fazer tudo que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei, expressamente, autoriza.

Ademais, e de acordo com os ditames constitucionais em vigor, para o particular vale a regra de que ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei<sup>2</sup>. Outrossim, já para a Administração Pública, toda e qualquer ação que se pretenda praticar deve estar fundamentada no sistema legal, conforme artigo 37, caput, Constituição Federal de 1988<sup>3</sup>.

Neste sentido, ainda, conforme os ensinamentos do Especialista em Direito Administrativo e Mestre em Políticas Sociais, Professor Matheus Carvalho, acerca do princípio da legalidade<sup>4</sup>.

[...]

Com efeito, o administrador público somente pode atuar conforme **determina a lei**, amplamente considerada, abarcando todas as formas legislativas – desde o próprio texto constitucional até as leis ordinárias, complementares e delegadas. É a garantia de que todos os conflitos sejam solucionados pela lei, não podendo o agente estatal

---

<sup>1</sup> Direito Administrativo Brasileiro, 37ª ed., São Paulo, Malheiros, 2011, p. 89;

<sup>2</sup> CRFB – Artigo 5º, inciso II – ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

<sup>3</sup> CRFB – Artigo 37. Caput. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá **aos princípios de legalidade**, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

<sup>4</sup> Manual de Direito Administrativo. Salvador-BA: Editora jusPODIVM, 5º ed. 2018. P.67.

praticar condutas que considere devidas, sem que haja embasamento legal específico. Dessa forma, pode-se estabelecer que, no Direito Administrativo, se aplica o princípio da **Subordinação à lei**. Não havendo previsão legal, está proibida a atuação do ente público e qualquer conduta praticada ao alvedrio do texto legal será considerada ilegítima.

[...]

Dito isto, e vencidas as fases de admissibilidade, razões e requerimento do recurso, e prazo das contrarrazões, passa-se à análise das argumentações recursais apresentadas pela Recorrente.

Todavia, antes de adentrar no mérito das alegações da Recorrente, demais não é lembrar que a finalidade da licitação é de satisfazer o interesse público e buscar a proposta mais vantajosa, desde cumpridas às exigências estabelecidas no instrumento convocatório, que se faz lei entre as partes, como também respeitar os princípios constitucionais e administrativos.

Ato contínuo, passamos a análise do recurso interposto.

***a.- Do Inconformismo quanto a Qualificação Econômica – Item 7 do Edital.***

Conforme se observa na peça Recursal, a Recorrente PAV OESTE argumenta que *"A proponente VIA ASFALTO não cumpriu este item do Edital, deixando de trazer os balanços na forma da lei, ou seja, não apresentou documentos devidamente registrados ou arquivados na Junta Comercial, na forma exigida"*.

Todavia, no particular, tal afirmação não merece prosperar.

Conforme está disposto no Edital, item 7, "j", deverá a Licitante:

"j) Apresentar balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, na forma de lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

OBS: Os documentos referidos no subitem acima limitar-se-ão ao último exercício social, caso a empresa tenha sido constituída há menos de 2 (dois) anos; As empresas criadas no exercício financeiro do processo de contratação deverão atender a todas as




exigências de habilitação e ficam autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

Entende-se por “apresentados na forma da Lei”, munido do termo de Abertura e Encerramento, acompanhando das notas explicativas e devidamente registrado ou arquivado na Junta Comercial do Estado, ou órgão competente, com folhas numeradas, ou seja, cópia fiel do livro Diário ou cópia dos documentos produzidos no novo formato eletrônico (SPED).

E conforme se observa no Cartão CNPJ da Recorrida, extraído do sítio eletrônico abaixo, observamos que a Empresa VIA ASFALTOS LTDA restou criada em 09 de fevereiro de 2023.

[https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/Cnpjreva\\_Comprovante.asp](https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/Cnpjreva_Comprovante.asp)

		
<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>		
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>		
NUMERO DE INSCRIÇÃO 49.539.605/0001-44 MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>	DATA DE ABERTURA 09/02/2023
NOME EMPRESARIAL VIA ASFALTOS LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) VIA ASFALTOS		PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 42.11-1-01 - Construção de rodovias e ferrovias		

Neste aspecto, da documentação constante no Processo Licitatório n. 76/2024, observamos que a Licitante VIA ASFALTOS LTDA apresentou o Balanço Financeiro relativo ao período de escrituração 09/02/2023 a 31/12/2023.

E por ser uma empresa criada no ano de 2023, a licitante possui apenas um balanço financeiro, o qual restou devidamente apresentado, sendo o mesmo registrado através do formato SPED FISCAL (Sistema Público de Escrituração Digital), nos termos do Edital.

Assim, improcede o inconformismo da Recorrente PAV OESTE PAVIMENTAÇÕES, no particular.

***b.- Dos critérios de Desempate utilizados pela Agente de Contratação.***

Ademais, a Recorrente argumenta ainda que “[...] a empresa VIA ASFALTOS LTDA ultrapassou o limite de receita bruta máxima admitida para o enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme definido pela legislação vigente, no ano-calendário de realização da licitação, o que, de acordo com o § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021, a desqualifica para o benefício de desempate concedido”.

Para fundamentar seu pedido, descreveu na peça recursal o seguinte quadro abaixo:

CONTRATOS VIA ASFALTOS 12 MESES				
MUNICIPIO	TOMADA DE PREÇOS	PROCESSO	DATA	VALOR
PONTE SERRADA	20/2023	164/2023	18/12/2023	R\$ 471.514,58
PONTE SERRADA	18/2023	162-2023	18/12/2023	R\$ 205.916,11
PONTE SERRADA	18/2023	161-2023	14/12/2023	R\$ 112.881,07
PONTE SERRADA	17/2023	160-2023	14/12/2023	R\$ 411.418,26
PONTE SERRADA	763/2023	159-2023	14/02/2024	R\$ 241.546,13
PONTE SERRADA	13/2023	148-2023	24/11/2023	R\$ 353.256,17
QUILOMBO	23/2023	186-2023	12/12/2023	R\$ 241.705,44
UNIÃO DO OESTE	52/2023	52-2023	27/11/2023	R\$ 324.516,65
SANTIAGO DO SUL	CR 3/2024		25/03/2024	R\$ 360.421,45
SANTIAGO DO SUL	CONCORRENCIA 3/24	177-2024	29/04/2024	R\$ 737.417,96
ITA		N.9/2023	21/07/2023	R\$ 1.994.950,00
IRATI SC	CR 03/2024		16/02/2024	R\$ 666.450,00
IRATI SC	CR 04/2024		23/04/2024	R\$ 333.032,69
JARDINOPOLIS	EPP			R\$ 70.000,00
PONTE SERRADA		2/47	19/06/2024	R\$ 571.000,00
PONTE SERRADA	EPP	4/93	19/06/2024	R\$ 541.864,16
IRATI SC	CR 02/2024		05/04/2024	R\$ 1.116.677,87
			<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 8.754.568,54</b>

Observamos o que informa o Edital a respeito do Tema:

7.4.1. A proponente Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), esta deverá apresentar OBRIGATORIAMENTE Certidão de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte fornecida pela Junta Comercial da sede da participante, de acordo com o artigo 8º da Instrução Normativa DRNC nº 103/2007, emitida no prazo máximo de 90 dias da data de abertura desta licitação. As sociedades simples, que não registrarem seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar Certidão de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, atestando seu enquadramento nas hipóteses do Art. 3º da Lei Complementar n. 123/2006.





Não se pode olvidar que se fosse levar em consideração o quadro apresentado pela Recorrente, os valores mencionados ultrapassam o teto de faturamento para enquadramento de MICROEMPRESA ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE.

Todavia, conforme informa o item 7.4.1 do Edital "A proponente Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), esta deverá apresentar OBRIGATORIAMENTE Certidão de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte fornecida pela Junta Comercial da sede da participante, de acordo com o artigo 8º da Instrução Normativa DRNC nº 103/2007, emitida no prazo máximo de 90 dias da data de abertura desta licitação".

E neste aspecto, conforme se observa na documentação apresentada pela Recorrida por ocasião do Processo Licitatório n. 76/2024, bem como novamente anexada aos autos com por força da apresentação das suas contrarrazões, a Certidão de Enquadramento – Certidão Simplificada Digital – emitida pela Empresa VIA ASFALTOS LTDA em 26 de junho de 2024, comprova o seu enquadramento como **MICROEMPRESA**, senão vejamos:



Departamento de Registro Empresarial e Integração



**CERTIDÃO SIMPLIFICADA DIGITAL**

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

EMPRESA			
Nome Empresarial: VIA ASFALTOS LTDA			
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA			
NIRE(sede)	CNPJ	Arquivamento do ato Constitutivo	Início da atividade
42207585533	49.539.605/0001-44	09/02/2023	09/02/2023
Endereço: COLONIA COLONIA BACIA, S/N, INTERIOR, CORDILHEIRA ALTA, SC - CEP: 89819000			

QUADRO SOCIOS E ADMINISTRADORES				
Nome/CPF		Participação R\$	Cond./Administrador	Término do mandato
MARCELO INVERNIZZI 083.679.009-01		750.000,00	SOCIO	XX/XX/XXXX
MARCELO INVERNIZZI 083.679.009-01		0,00	ADMINISTRADOR	XX/XX/XXXX
ÚLTIMO ARQUIVAMENTO			SITUAÇÃO	STATUS
Data 09/02/2023		Número 20231401019	REGISTRO ATIVO	SEM STATUS
Ato: 090 - CONTRATO				
Evento: 315 - ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA				
FILIAL(AIS) NESTA UNIDADE DA FEDERAÇÃO OU FORA DELA				
NIRE: XXXXXX		CNPJ: XXXXXX		
Endereço: XXXXXX				

Assim, em que pese o inconformismo da Recorrente, frisamos que por não haver qualquer mácula na documentação apresentada pela Recorrida, bem como, por ter a Agente de Contratação e membros da Comissão de Apoio observados todos os regramentos constantes no Edital, defendemos improceder o pedido formulado em sua peça recursal.

Diante disso, entendo que os atos praticados pela Agente de Contratação e Membros da Comissão de Apoio estão regulares, de modo que o desprovimento do recurso é a medida de rigor.

## **6 – CONCLUSÃO**

Ante o exposto, após detida análise da manifestação de interposição de recurso, em cumprimento aos princípios que norteiam a Licitação e a Administração Pública decido **CONHECER** do recurso interposto e, no mérito, negar-lhes provimento.

Intimem-se.

Cordilheira Alta/SC, 05 de agosto de 2024.

**RUDIMAR MARAFON**  
**Autoridade Competente**